



Por determinação de Sua Excelência a
Presidente da A.R., a DEAT, per
publicação e DAR.

Asssembleia da República Comissão da Presidente
N.º de Entrada <u>474047</u>
Classificação ____/____/____
Data <u>11/12/2013</u>

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

C/C ao GARIP

11.12.2013

João Lobo

EXCELENTÍSSIMA SENHORA
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA
REPÚBLICA

A partir de 81 publicações
Original e DAR

2013-12-12

Data: 11-12-2013

Chaves

Ofício n.º 1281/XII/1.ª – CACDLG /2013

Assunto: Relatório da participação da Assembleia da República na iniciativa “Assises de la Justice”, promovida na Comissão Europeia, em Bruxelas, nos dias 21 e 22 de Novembro de 2013.

Nos termos do n.º 4 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia da República e para o efeito da sua publicação na II Série-D do DAR, junto envio a Vossa Excelência o relatório da participação da Assembleia da República na iniciativa “Assises de la Justice”, promovida na Comissão Europeia, em Bruxelas, nos dias 21 e 22 de Novembro de 2013, na qual participou, pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias, o Senhor Deputado João Lobo (PSD).

Mais informo que o conteúdo do presente relatório foi apresentado na reunião da Comissão de 11 de dezembro de 2013.

Com os meus melhores cumprimentos,

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Filipe Neto Brandão)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS
N.º de Entrada <u>474047</u>
Data <u>11/12/2013</u>

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
Assembleia da República – Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

Tel. 21 391 95 30/96 67 / Fax: 21 393 69 41 / E-mail: Comissao.1A-CACDLGXII@ar.parlamento.pt



" ASSISES DE LA JUSTICE"

Relatório da participação do signatário, em representação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na iniciativa "Assises de la Justice", promovida na Comissão Europeia, em Bruxelas, nos dias 21 e 22 de Novembro de 2013.

I – Enquadramento sinóptico. Objetivos, conteúdo e motivações subjacentes ao Simpósio.

Para melhor elucidação do conteúdo do sucesso e conhecimento dos participantes, anexam – se o Programa e a Lista de presenças, aqui dados por integralmente reproduzidos.

II – Breve síntese, sem prejuízo de terem ocorrido erros na tradução das línguas francesa e inglesa ou na receção da conversão destas línguas na língua portuguesa.

O propósito maior da conferência tinha por objeto fazer a apreciação (balanço) dos progressos realizados no âmbito do **Espaço de Justiça Europeu** e a **antevisão da política de Justiça** da União Europeia em 2020, bem como a projeção das medidas necessárias à sua execução. Como instância de partida, foram introduzidos e considerados cinco documentos de reflexão apresentados pela Comissão Europeia incidentes sobre as seguintes matérias: **direito civil; direito penal; direito administrativo; o Estado de Direito** e a consideração da efetiva realização dos **direitos fundamentais na União Europeia**.

Naqueles documentos, continham - se ideias e suscitavam questões relativas a medidas que deverão ser ponderadas e adotadas, nos anos que se avizinham, no quadro da política de Justiça da União Europeia, com vista a cimentar as bases em que esta assenta, preservar, desenvolver e reforçar a efetiva realização do Estado de Direito assim como concluir o Espaço Europeu de Justiça, no intuito de melhor responder aos anseios dos cidadãos comunitários e das empresas no Mercado Único.

Pretenderam os **"Assises de la Justice"** propiciar à Comissão Europeia ampla e especializada recolha de contribuições que, adentro das linhas orientadoras apontadas naqueles documentos de trabalho, a auxiliem à concretização da Política de Justiça na União no quadro do Programa de Estocolmo e ainda no âmbito da **Comunicação** enunciada pelo Presidente da Comissão sobre as futuras iniciativas no domínio das políticas para a Justiça e Assuntos Internos, **Comunicação** que deverá ser apresentada na primavera de 2014 e ser debatida no Conselho Europeu, a realizar no mês de junho do próximo ano.

Dos referidos documentos consta que os contributos recolhidos integrarão a componente ou segmento **"Justiça"** daquela Comunicação.

O foco da análise incidiu no reconhecimento de que as questões relacionadas com a Justiça se tinham passado a inscrever no âmbito das preocupações e da atividade da União Europeia e que se tornavam indispensáveis a adoção de múltiplas e rápidas medidas com vista à criação, à aceitação e à efetiva e integral realização de um Espaço Europeu de Justiça.



Na prossecução daquele desígnio, salientou – se, importava estabelecer e reforçar “pontes” entre os diferentes sistemas judiciais nacionais e entre os sistemas jurídicos e judiciários dos Estados - Membros com o Espaço de Justiça da União, sem as quais as necessárias medidas que incrementem a harmonização de legislações e sistemas jurídicos e judiciais não lograrão obter a confiança dos cidadãos comunitários.

Neste quadro, partiu – se do axioma de que um verdadeiro Espaço de Justiça Europeu só poderá funcionar, ser eficiente e eficaz, se lhe subjazer confiança recíproca dos cidadãos nos vários sistemas judiciais em que se encontra segmentado o espaço jurídico e judiciário da União, quer considerados na sua específica autonomia, quer enquanto espaços de resultado na edição e execução do Direito da União.

A Comissão Europeia consciente de que não dispõe de competências e atribuições que lhe permitam, por sua iniciativa, realizar sozinha o Espaço de Justiça e no convencimento de que os debates, no âmbito do forum, entre ministros, juízes, profissionais da Justiça, representantes de empresas, Parlamentares e outros decisores políticos, poderiam contribuir para o reconhecimento e o necessário impulso à satisfação daquele desiderato, procurou, por via da iniciativa, obter e projetar linhas retoras capazes de justificarem e sustentarem, naquele espaço, as políticas da Justiça da EU para os próximos cinco anos.

Entre outras, foram evidenciadas as seguintes circunstâncias de facto:

- O bom funcionamento do sistema jurídico e judicial de um Estado –Membro é crucial para toda a União Europeia, porquanto sempre que um tribunal nacional aplica a legislação da EU, age também enquanto tribunal da União.

Nesse plano, foi especialmente relevado o papel dos tribunais nacionais, quer na aplicação do Direito Comunitário da Concorrência, quer na aplicação de outros atos normativos da União, necessários à manutenção e bom funcionamento e ao crescimento do Mercado Único.

As ineficiências, distorções e lacunas que possam ocorrer num Estado – Membro afetam o bom funcionamento do Mercado Único e corroem a confiança que, necessariamente, deverá existir em todo o sistema jurídico e judiciário da EU, que igualmente se alimenta da confiança mútua.

Foram tomados em consideração os dados revelados pelo inquérito Eurobarómetro sobre a “Justiça na União Europeia” dos quais, prevalentemente, ressaltam os seguintes elementos:

- Apenas 22% dos inquiridos consideraram que os sistemas de Justiça nacionais devem ser questão de competência exclusiva dos Estados - Membros e que dois terços dos inquiridos consideraram que o funcionamento desses sistemas concerne a todos os europeus em consequência da existência de litígios jurisdicionais transfronteiriços.

- A maioria das pessoas objeto do inquérito (53%) tende a confiar no sistema de justiça nacional, pese embora o nível de confiança varie consideravelmente conforme o Estado –



Membro: – desde 85% na Dinamarca e na Finlândia até 24% na Eslovénia. Quanto à situação portuguesa, o grau de confiança no sistema de justiça foi estimado em 44%..

- A maioria das pessoas considera que existem grandes diferenças entre os sistemas judiciais nacionais em termos de qualidade (58%), eficiência(58%) e independência(52%) – condições que urge suprir e melhorar, através da adoção das pertinentes iniciativas.

- As preocupações dominantes no que respeita aos tribunais civis e comerciais são a **duração** dos feitos e o **valor** das custas processuais, características que os inquiridos, em percentagem elevada(65% e 48%), consideraram bastante más e, mesmo até, muito más.

- Quase nove (9) em cada dez(10) pessoas preferem resolver os litígios **fora dos tribunais** , se lhes for concedida essa possibilidade.

Apesar de se encontrarem já criadas as bases de um verdadeiro espaço de Liberdade, Segurança e Justiça – um dos objetivos fundamentais da EU consagrados no Tratado de Lisboa, importava agora traçar as “linhas” do seu futuro desenvolvimento, crucial para assegurar os fins do Mercado Único, assegurar a defesa dos interesses da EU e promover os direitos fundamentais dos cidadãos.

Foi ainda considerado que desde 2010, data de início do mandato dos atuais membros da Comissão Europeia, fora criada a “pasta” da Justiça e que, desde então, no domínio em apreço tinham sido já apresentadas pela Comissão, mais de 50 iniciativas com o intuito de ser criado um Espaço de Liberdade Segurança e Justiça ao serviço dos cidadãos europeus. Foram ainda salientadas medidas consideradas importantes naquele âmbito que visaram instaurar novos direitos para as vítimas de crimes na EU e a introdução de mecanismos visando ultrapassar as dificuldades sentidas em matéria de reconhecimento de sentenças que terão propiciado o acesso à Justiça.

Fizeram – se notar as propostas elaboradas e apresentadas ao Parlamento Europeu e ao Conselho em matéria de proteção de dados pessoais, tidas por necessárias ao reforço dos direitos fundamentais e à concretização do Mercado Único Digital. Notou – se ainda que iniciativas como o Painel de Justiça da EU tinham salientado a importância que assume para o crescimento económico a existência de sistemas e políticas de justiça independentes, de qualidade, bem como a eficiência dos tribunais nacionais, designadamente nas questões do foro civil, criminal e administrativo.

III- Resumo das Comunicações. Muito sumariamente dá – se nota das ideias nucleares que foram objecto das diversas comunicações.

V.Reding, Vice – Presidente da Comissão Europeia, Comissária Europeia para os Assuntos da Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania, na sessão de abertura, fez notar a necessidade premente, à luz dos desígnios fundamentais dos Tratados, do desenvolvimento da cooperação judiciária, relevando a urgência de serem resolvidas as questões judiciárias transfronteiriças e, neste âmbito, de modo especial as que envolvam formas graves de criminalidade; deu conta que os mecanismos existentes no domínio em apreço não apenas se mostram insuficientes



como já não servem a realidade postulada pelo Mercado Interno e pelos desígnios prosseguidos pela EU; lembrou que desde a vigência do Tratado de Amesterdão se tinha aberto o percurso da transferência da competência no domínio da Liberdade, Segurança e Justiça para as instituições comunitárias; referiu que a cooperação em matéria penal se tinha incrementado. Pese embora importe o seu substancial reforço, deveriam ser considerados e prosseguidos os impulsos que o Tratado de Lisboa tinha trazido ao Espaço de Justiça; destacou os passos que tinha vindo a ser dados no domínio do reconhecimento recíproco dos documentos em matéria cível e comercial e evidenciou a necessidade funcional do seu incremento, tendo em conta os fins assinalados nos Tratados; mostrou clareza e determinação na necessidade de deverem ser ultrapassados os mecanismos tradicionais da cooperação; destacou a importância de serem difundidos no espaço da EU os objetivos e as medidas já adotadas ou que o venham a ser; referenciou, nos termos expostos supra, as principais áreas de trabalho que, no quadro dos Tratados, considerou dever merecer desenvolvimento; equacionou a necessidade de serem exploradas as potencialidades na área em apreço ao abrigo das disposições dos Tratados já existentes; deixou à ponderação dos participantes a apresentações de sugestões ou considerações, com vista à futura alteração dos Tratados por forma a que as lacunas, deficiências ou entorses existentes possam ser supridos; destacou e fez sentir a necessidade do Procurador Europeu não apenas para atuar, investigando e acusando penalmente no domínio da violação dos interesses financeiros da EU mas ainda noutras áreas postuladas pela liberdade de circulação e de estabelecimento que envolvam formas de criminalidade grave e bem assim outros tipos de crime de que a Proposta de Regulamento sobre a instituição do Procurador Europeu já contempla como suscetíveis de, no futuro, por decisão do Conselho, poderem vir a ser objeto de investigação e perseguição e punição, como é o caso do racismo, xenofobia, e criminalidade organizada transfronteiriça. Convidou os participantes a refletirem sobre as indicadas áreas de trabalho, que tomou por indispensáveis ao arrimo dos valores nucleares do património da União, ao seu aperfeiçoamento e progresso e bem assim ao incremento da eficiência e crescimento do Mercado Interno, instrumental ao incremento da Liberdade e à realização dos Direitos Fundamentais.

Considerou ainda a necessidade de o Espaço de Justiça Europeu dever ser incrementado através de medidas que visem o reforço das garantias processuais dos cidadãos, independentemente do lugar onde se encontrem naquele Espaço, tais como: o direito a um tribunal imparcial; o respeito efetivo pela presunção de inocência; as garantias especiais que devem ser reconhecidas aos menores suspeitos ou acusados de um crime (assistência obrigatória de advogado durante todas as fases do processo, o direito à rápida informação acerca dos seus direitos, à separação dos adultos, a cuidados médicos, etc.); o direito de o suspeito ou arguido deverem comparecer perante o tribunal; a inexistência de culpa antes da condenação final; o reconhecimento do apoio judiciário provisório aos suspeitos ou arguidos de um crime, bem como para aqueles que possam ser objeto de um mandato de detenção europeu; a necessidade de os Estados - Membros identificarem e reconhecerem as pessoas mais vulneráveis suspeitas ou arguidas em processo penal e que as mesmas deficiências, tanto de natureza física, como psíquica, não constituam ofensas à dignidade e ao princípio basilar da



igualdade processual das partes, de tal sorte que a garantia de um processo equitativo, que reforce os direitos e as liberdades dos cidadãos e permita aos cidadãos da EU esperar um nível de proteção análogo ao que existe no seu Estado – Membro de origem, foram preocupações expressas ainda por Viviane Reding.

J. Bernatoniš, Ministro da Justiça da Lituânia, na esteira de Viviane Reding, considerou que a qualidade, a independência e a eficiência dos sistemas nacionais de administração de justiça desempenham papel crucial na restauração e incremento da confiança intracomunitária como pressuposto fundamental na efetividade de aplicação do direito Europeu. Destacou a necessidade de serem encontrados meios que assegurem uma efetiva aplicação da justiça na EU e deu nota da recente iniciativa que tinha decorrido em Vilnius relativamente à necessidade de se prevenir, combater e punir o “crime de ódio.”

R. Badinter, “former” Ministro da Justiça e “former” Presidente do Tribunal Constitucional da República Francesa, tendo apresentado como exemplo a premente necessidade de combate ao crime organizado, ressaltou a instante necessidade de unificação do sistema jurídico europeu. Considerou a referida necessidade como inevitável. Traçou algumas das características que o deveriam conformar ou ao qual este deveria obedecer:

- Ao reconhecimento dos direitos e das liberdades e o respeito pelos princípios enunciados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia de 7 de Dezembro de 2000, com as adaptações que lhe foram introduzidas em 12 de Dezembro de 2007, em Estrasburgo, a qual, nos termos do artigo 6º, nº1 do Tratado da União Europeia, tem o mesmo valor jurídico que os Tratados;
- Ao respeito pelos princípios e pelos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de Direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias, valores que são comuns aos Estados – Membros; na não discriminação, na tolerância, na justiça, na solidariedade e na igualdade entre homens e mulheres.
- O incremento da confiança recíproca na Lei e nos tribunais;
- A criação de um Instituto, a funcionar junto do Tribunal de Justiça, capaz de contribuir para a harmonização dos sistemas jurídicos e judiciais nacionais, divulgar o Direito da União e suscetível de contribuir para melhor formação dos aplicadores e executores da Lei, de modo a aumentar a confiança dos cidadãos da EU no funcionamento da Justiça comunitária.

Paula Teixeira da Cruz, Ministra da Justiça da República Portuguesa, em proficiente explanação, deu nota das profundas reformas já efetuadas no sistema de Justiça de Portugal, das quais se evidencia a antecipação e convergência das mesmas com as necessidades e os desígnios suscitados na conferência, e o seu reflexo vantajoso na aptidão para a captação do investimento estrangeiro, no desenvolvimento e crescimento do sistema económico português e comunitário, distinguindo as reformas sectoriais já realizadas, de harmonia a possibilitar o exercício das melhores práticas internacionais em matéria de Justiça. Para além das reformas já empreendidas no plano do Direito Civil e do foro Criminal deu ainda nota da reforma que se



encontra em curso no domínio do Direito Administrativo, visando igualmente a renovação, a melhor administração da Justiça e a sua convergência com a necessidade de superação das dificuldades e entorses que o simpósio tinha por objeto suprir.

Destacou ainda os esforços que tinham sido já empreendidos pelo Estado Português para a realização do Espaço de Justiça Europeu, designadamente, entre outras matérias, no tocante à corrupção e ao branqueamento de capitais.

K.Lenaerts, Vice Presidente do Tribunal de Justiça da União Europeia, lembrou as obrigações que resultam para os Estados – Membros decorrentes do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, pese embora a União se constitua nesse espaço, no respeito dos direitos fundamentais e dos diferentes sistemas e tradições jurídicas dos respetivos Estados que a integram – art.67º do T.FUE. Considerou a responsabilidade dos Estados - Membros na medida em que, em colaboração com a Comissão, procedem a uma avaliação objetiva e imparcial da execução das políticas da União respeitantes ao Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça (art.7º do TFUE) e bem assim no cumprimento dos direitos garantidos pela União. Fez notar que onde existe um direito assegurado pela ordem jurídica tem de existir um “remédio” para lhe dar cumprimento e efetividade. Finalmente, fez sentir a instante necessidade de a área do Direito Administrativo em cada um dos Estados membros se mostrar harmonizada com o Direito da União sob pena de entorses no exercício da liberdade de iniciativa económica, da concorrência, da liberdade de estabelecimento serem severamente afetadas.

M.Barendrecht, professor de Direito na Universidade de Tiburg, ousou contribuir com sugestões que considerou úteis para o melhor funcionamento dos tribunais nacionais, sugerindo aplicações – tipo de natureza informática para a resolução de casos - tipo. Deu nota de que os tribunais nacionais criam as suas próprias regras procedimentais adversas à concretização do Espaço de Justiça na União, a queurgia por termo, e propôs que fosse considerado o estudo de um Programa Europeu para a independência e eficiência dos Tribunais.

As sugeridas aplicações - tipo de natureza informática foram objeto de reações negativas, designadamente dos representantes do sistema anglo saxónico, sob invocação de o sistema do “*case law*”, consolidado ao longo do tempo se mostrar incompatível com o sistema proposto.

V.Skouris, Presidente do Tribunal de Justiça da União Europeia, debruçando – se sobre o disposto no artigo 253º do TFUE, considerou fundamental que se garantisse a independência formal e substancial dos servidores da Justiça e realçou que se tinha caminhado no sentido de observar e garantir os princípios da independência e da autonomia dos agentes da Justiça (juízes e advogados – gerais e jurisconsultos) uma vez que antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa as garantias de independência e a reunião as condições exigidas nos respetivos países para o exercício das mais altas funções jurisdicionais eram apenas estabelecidas pelos Governos dos respetivos Estados – Membros quando agora são nomeados por comum acordo pelos Governos, após consulta ao comité previsto no artigo 255º do Tratado de Lisboa.



P.Koskelo, Presidente do Supremo Tribunal da Finlândia, explanou considerações atinentes à observância dos requisitos que garantam a independências dos juízes. Aludiu ao paradoxo de o estatuto de independência possibilitar a incompetência, daqueles, independente! Focou ainda a sua intervenção na correlata ligação entre a independência dos Tribunais e a qualidade do Espaço de Justiça na União, evidenciando a necessidade de aqueles que devem gozar do estatuto de independência não se deverem encontrar sujeitos a pressões externas.

- **F.Tsouroulis**, Presidente do Conselho de “Bars” e Sociedade de Advogados da Europa, asseverou que se torna necessário garantir a independência dos advogados no exercício das suas funções bem como garantir a separação de poderes.

R.Muller, Jornalista, destacou a necessidade de se mostrar preservada a independência dos juízes, procuradores, advogados gerais, e de modo geral todos os que contribuem para a realização da Justiça, não apenas da opinião pública mas também dos órgãos da comunicação social. Deu nota de um paradoxo que afeta as sociedades ocidentais hodiernas: de um lado a compressão das despesas necessárias à sustentação da realização da Justiça e, do outro, a necessidade incremental da sua realização! Deixou à consideração comum a ponderação de se saber se poderá ou deverá ser possível retirar das administrações públicas estaduais a realização da justiça económica.

Diferenciou a independência subjetiva da objetiva e considerou que o exercício da função judicial deveria encontrar – se sujeita a controlo do seu exercício – accountability.

- **A. Shatter**, Ministro da Justiça da Igualdade e da Defesa da Irlanda, enunciou a necessidade de serem identificadas as várias causas de discriminação com vista à garantia do respeito dos Direitos Humanos ; discorreu sobre a necessidade de se assegurar os direitos das vítimas, das minorias, e o combate ao “crime de ódio”, isto é, aquele tipo de crime no qual a motivação do autor se constitui pela característica que identifica a vítima como membro de um grupo relativamente ao qual o delinquente sente algum tipo de animosidade – a diferença do outro converte – se na motivação da ação –, delitos que, na sua forma mais extrema, implicam genocídios, “limpezas étnicas”, assassinatos em série, e que nas suas formas menos graves, ainda que não menos insidiosas, podem determinar agressões, violações, vandalismo etc.

- **R.Tavares**, membro do Parlamento Europeu, apresentou uma comunicação interligando as funções do Parlamento Europeu com as demais instituições comunitárias, designadamente com a Comissão, no quadro das obrigações e exigências do Espaço de Justiça Europeu, evidenciando a premente necessidade de ser encontrado um novo caminho para o espaço jurídico europeu – *A New Rule of Law Mechanism* – que garanta a dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de Direito e o respeito pelos Direitos Humanos.

- **J.M:Sauvé**, Vice presidente do Conselho de Estado da República Francesa, e presidente da ACA, fundamentado no disposto no artigo 2º do TFUE, deu nota da obrigação que incumbe aos Estados - Membros de intervirem no espaço da União quando as regras, os princípios e valores que enformam o Estado de Direito são violados. Notou que importava assegurar e manter a preeminência do Direito no espaço da União. Convergiu na necessidade de se



encontrarem critérios de enquadramento de intervenção da União em ordem ao restabelecimento da regra de direito quando este, ainda que formalmente sob a forma de Direito, deva ser postergado. - *Le droit arret le droit!* – invocou, para melhor explicitar o seu pensamento. Neste âmbito, propôs a consideração da identificação e qualificação de violações de natureza sistémica ou sectorial; a avaliação das situações ocorridas, por forma objetiva e consensual; a mobilização da capacidade de peritos e observadores; a agregação de capacidades e a cooperação com outras instituições como o Conselho da Europa, a OSCE, a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, as instituições comunitárias, peritos independentes e imparciais. Propôs ainda que se deveriam encontrar critérios que conduzissem e assegurassem a manutenção de reequilíbrios internos nas diferentes instituições que garantissem o Espaço Interno de Justiça.

- **G.Buquicchio**, presidente da Comissão de Veneza do Conselho da Europa, mostrou – se favorável, quanto ao novo papel da lei na realização do Espaço de Justiça da União, à prevalência da regra da cooperação judiciária bem como à criação de mecanismos específicos, adoção de iniciativas e meios que se mostrem adequados à satisfação das exigências decorrentes do Espaço de Justiça, considerando desadequada a fixação de critérios rígidos a serem cumpridos pelos respetivos Estados – Membros.

- **J.F.Lopez Aguilar**, parlamentar Europeu, no domínio da área de Justiça Europeia esta se deveria mostrar mais integrada e fundada na confiança recíproca. Aludiu à necessidade, no quadro da cooperação judiciária, de um incremento do reconhecimento mútuo de documentos, decisões judiciais e extrajudiciais, designadamente em matérias do foro cível e criminal (*cross - border crimes*) e considerou necessária a criação de uma cultura legal comum europeia, para a realização da qual se torna indispensável a especial preparação dos operadores judiciais e todos os que naquela confluem. A fixação de objetivos concretos e o estabelecimento de limites para se lograrem aqueles objetivos afigurou - se – lhe necessário.

- **K.Tolkdorf**, Presidente do Bundesgerichtshof da República Federal Alemã, evidenciou as virtualidades da flexão e da subsidiariedade no quadro das matérias que integram o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça da União, lembrando que o “espaço” deverá respeitar os direitos fundamentais e os diferentes sistemas e tradições jurídicas dos Estados – Membros. Aludiu aos princípios da solidariedade e de partilha que norteiam matérias que integram aquele “espaço”; ao desenvolvimento da cooperação reforçada e ao incremento do papel reservado aos Parlamentos Nacionais; à cooperação policial e judiciária nas matérias penais com dimensão transfronteiriça; aos poderes atribuídos pelo Tratado de Lisboa ao Parlamento Europeu e ao Conselho para o estabelecimento de regras mínimas sobre as matérias previstas no Tratado - que tendo em conta as diferenças entre as tradições e os sistemas jurídicos dos Estados Membros podem incidir sobre a admissibilidade mútua de meios de prova entre os Estados – Membros; o reconhecimento dos direitos individuais em processo penal; os direitos das vítimas da criminalidade e mesmo outros elementos específicos do Processo Penal, identificados previamente pelo Conselho através de uma Decisão – artigo 82, nº 2 do TFUE.

J.C.Marin, Procurador Geral no tribunal da Cassação da República Francesa, sustentou a continuação e o desenvolvimento do Espaço de Justiça comum e que o quadro normativa que



o estriba e legítima, assim como as boas práticas, encerram virtualidades suscetíveis de responder às necessidades e aos desafios do futuro, importando pôr termo aos abusos e às pressões que resultam para as autoridades locais dos fluxos migratórios e de mobilidade implicados pelo desenvolvimento do Mercado Interno e pela liberdade de circulação de pessoas.

Em discrepância dos oradores que o antecederam considerou que os mecanismos previstos nos Tratados e estabelecidos no quadro normativo da União, assentes na cooperação, se encontravam ultrapassados. Importava alterar as regras existentes por forma a responder às novas realidades que, dada a sua emergência e natureza, reclamavam novas e distintas formas de resposta. O futuro do Espaço de Justiça comum reclamava uma nova e realista abordagem que pudesse incrementar, defender e impulsionar o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça. Os Estados-Membros deveriam dispor – se a aceitar padrões comuns de procedimentos e ações na matéria pois só assim se estimularia a confiança mútua indispensável à realização da Justiça Comum.

Da sua intervenção ressaltou a necessidade de ser analisada nova afiguração ou compreensão da natureza dos Direitos Fundamentais na União Europeia. Por outro lado, equacionou a as fronteiras ou limites em que deverão ser respeitadas as funções essenciais dos Estados – Membros e das instituições da União; as formas de combate aos crimes transfronteiriços e outras formas de criminalidade grave e o respeito pelos Direitos Fundamentais. Surgiam novos desafios e novas reconfigurações das medidas e ações que urgia adotar para que a Liberdade, a Segurança e a Justiça pudessem ser preservados e incrementados na EU.

Tornou presente a necessidade da formação comum dos agentes da justiça em redes europeias, por forma a serem homogeneizados procedimentos e as boas práticas comuns; alertou para a necessidade de ser pensado, de modo pragmático, o domínio da recolha de provas o reconhecimento, aceitação e a valoração das mesmas;

- **M.McGowan**, Barrister e Presidente do Conselho do respetivo *Bar* de Inglaterra e do país de Gales, aludiu à necessidade de se ampliar os direitos das vítimas e a premência de serem adotadas as necessárias provisões legislativas e procedimentais, bem como destacou a necessidade de ser salvaguardada a independência dos operadores judiciais; a instantaneidade da necessidade de criação de mecanismos de formação e de supervisão (*supervising training*), troca de informações e adoção comum de melhores práticas, destacando a especial formação que urge incrementar quanto às práticas de vigilância de manipulação de mercados.

- **K.Lenhe**, membro do Parlamento Europeu, evidenciou a necessidade da integração política dever acompanhar a homogeneização da área da Justiça, frisando a importância crucial de um espaço político comum se assumir como condição necessária à aplicação uniforme ou de resultados equivalentes no espaço de Justiça Europeia.

Lorde Mance, juiz do supremo tribunal do Reino Unido, relevou a importância e exaltou as virtualidades da aplicação das disposições do Tratado de Lisboa no quadro das Cooperações Reforçadas, no âmbito das competências não exclusivas da União. *Festina lente!*- aconselhou.



- **L.Berlinguer**, deputado ao parlamento Europeu, recordou o papel do Parlamento Europeu na harmonização dos sistemas administrativos nacionais e a sua coordenação ou harmonização com as normas do Direito Comunitário. Referiu ser necessário, à luz da experiência e das necessidades concretas, criar um Direito Administrativo Europeu. Tornou expressa a necessidade de ser criado uma codificação das normas comunitárias de natureza administrativa enunciativa de princípios gerais e obedecendo à regra das normas mínimas, como condição instrumental das condições necessárias ao bom funcionamento do Mercado Único e à garantia dos direitos dos cidadãos comunitários. Fez notar a necessidade de serem encontrados pontos de equilíbrio e de harmonização entre as regras comunitárias, nas quais se devem refletir as decisões judiciais já proferidas na matéria, e as que se integram no poder regulamentar dos Estados membros em todos os sectores da Administração Pública. Frisou que para se lograr esse desiderato tornava – se necessário adotar uma “ *table de bord*”. Considerou muito importante na obtenção dessa harmonização a função dos tribunais administrativos nacionais, os quais, na aplicação das normas, devem respeitar as regras, princípios e valores elaborados a nível da União. Destacou a urgência e a importância de os Estados – Membros modernizarem os seus sectores da Administração Pública e reclamou a premência de instauração de uma nova cultura administrativa europeia, uma nova mentalidade, que conduzam a que os resultados da aplicação das normas comuns não conduzam a resultados diversos ou discrepantes no Espaço de Justiça da União.

- **Z:Kuhn**, Juiz do Supremo Tribunal Administrativo da República Checa, valorizou a importância que o recusos prejudiciais previstos no Tratado poderão desempenhar na uniformização da aplicação do Direito Comum e na obtenção dos mesmos ou equivalentes resultados e deu nota da conflitos frequentes decorrentes das competências atribuídas aos órgãos de poder local cujas deliberações não raro conflituam, obstam ou anulam a aplicação do direito comunitário administrativo.

- **S.Cassese**, Juiz do Tribunal Constitucional da República Italiana, sobre a matéria aludiu à necessidade de ser constituída uma comissão epistémica que estude, aprecie e proponha medidas que conduzam à eliminação de obstáculos e à convergência dos vários sistemas administrativos nacionais e à sua harmonização com o Espaço de Justiça da União. No ponto, destacou a necessidade de coerência que os diferentes sistemas devem apresentar e evidenciou essa necessidade no domínio da Cooperação Judiciária em matéria cível e penal, designadamente das questões que apresentam dimensão transfronteiriça. Frisou que a cooperação judiciária era essencial à manutenção e ao progressivo desenvolvimento da EU. Fez notar que em domínio de tão grande importância, os mecanismos da cooperação eram inadequados e insuficientes para serem alcançados os objetivos que se apresentavam e anteviam . Não pode manter – se o “status quo” quanto aos poderes de iniciativa e de decisão à luz dos mecanismos permitidos pela Cooperação Judiciária. A premência das necessidades concretas reclamam que um fator externo, exógeno, disponha de acrescido poder de impulso, do poder de iniciativa , que deverá ser atribuído à Comissão.

Também as tarefas cometidas à União Europeia no domínio do reconhecimento dos direitos, liberdades e vinculação subordinada aos princípios na Carta dos Direitos Fundamentais da



União, bem como a e a sua concreta observância, reclamam princípios e regras editadas a nível dos órgãos comuns que, no plano das regras e normas de Direito Administrativo dos sistemas jurídicos nacionais, não impeçam de qualquer modo a aplicação das regras do Direito Comunitário e da Carta e bem assim o reconhecimento e efetivo exercício daqueles direitos e liberdades.

Finalmente, advertiu que não bastaria que no futuro a Comissão dispusesse de iniciativa e de o poder de decisão no domínio em apreço já que sempre se tornarão indispensáveis medidas complementares e de acompanhamento para que a harmonização se possa manter e incrementar.

Nesse desígnio questionou quais os modos complementares que a Comissão ou as instâncias da União poderiam usar: deveria, vg.a Comissão ter acesso e exercer ações de controlo sobre as decisões proferidas pelos tribunais administrativos dos Estados – membros? Deverá ser criado um organismo de supervisão no domínio como sucedeu com o BCE para as questões económico – financeiras?; como conseguir informação completa nos sistemas nacionais e supranacional que permita acompanhar a integração daqueles neste? Deverão as pertinentes decisões ser traduzidas nas línguas nacionais ou nas línguas oficiais da União e serem disponibilizadas em bases de dados para acesso e conhecimento comum, quer daqueles que aplicam o Direito, quer daqueles que poderão exercer o direito de controlo de uniformização ou de equivalência dos sistemas jurídicos? A serem seguidas tais orientações, notou que não bastaria a existência de um Portal mas que as tarefas de sistematização seriam indispensáveis para acesso fácil dos seus usuários.

Deu nota ainda que o Supremo Tribunal Administrativo holandês tinha solicitado colaboração às instituições comunitárias com vista à tomadas de resoluções que possibilitassem harmonizar os princípios, regras e procedimentos de natureza administrativa com o Direito Administrativo Comunitário.

Viviane Reding encerrou os trabalhos, tendo apresentado **conclusões** cujas ideias essenciais, em súmula, se enunciam:

I – Urge criar e incrementar no Espaço de Justiça da União Europeia a confiança mútua como base fundamental para a sua manutenção e desenvolvimento, bem como adotar medidas acrescidas que se mostrem adequadas a produzirem aquele resultado.

II – Importa que no plano das instituições da União exista vontade política para implantar e desenvolver as medidas e alcançar os resultados previstos e desejados no Programa de Estocolmo.

III – Os Estados – Membros e as respetivas administrações públicas devem empenhar – se no conhecimento e aplicação das medidas e iniciativas que resultam do Programa de Estocolmo, não apenas em execução das obrigações que resultam dos textos dos Tratados e do Direito Comum mas adotando ainda, no plano em que exercem a sua autonomia, e no quadro de um processo aberto, medidas e ações que convirjam no alcançar daquele desígnio – bom funcionamento do Espaço de Justiça.



IV - Mostra - se indispensável à consecução daquele fim que os práticos do Direito e operadores dos diferentes sistemas jurídicos e judiciários em conjunção com os tribunais e no processo de cooperação tendente à instituição daquele desígnio, encontrem meios que contribuam para a criação e desenvolvimento do Espaço de Justiça. Nesse desiderato, as decisões dos tribunais revestem importância crucial.

V - Deverão ser adotadas medidas que evitem as distorções causadas pelos diferentes sistemas jurídicos e judiciários dos Estados - Membros, os obstáculos, as discriminações, as diferentes consequências para os mesmos atos. O sentimento de que as empresas se encontram envolvidas na mesma ou equivalente ambiência e no mesmo espaço jurídico ou judiciário ou equivalente mostra - se crucial à consecução das virtualidades e vantagens que decorrem do bom funcionamento do Mercado Interno.

VI - Deverá ser instituído o Procurador Europeu a quem caberá defender os interesses do Orçamento comunitário e a investigação de outros tipos de criminalidade grave transfronteiriça suscetíveis de afetar a confiança mútua, exigida pelo Espaço de Justiça.

VI - Medidas convergentes, no domínio da Cooperação Interparlamentar e outras, que possam contribuir para incrementar o Espaço de Justiça, tais como regras comuns que regulem os contratos transfronteiriços, deverão ser impulsionadas.

VII - Urge estimular o processo de cooperação, reforçar as garantias dos cidadãos, designadamente no âmbito do Processo Penal, interpretar o instituto da repartição de competências e os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade no sentido da necessidade, da premência e das vantagens que advêm da existência de um Espaço de Justiça Comum, tanto para os cidadãos como para as empresas e agentes económicos. A consideração dos pareceres fundamentados sobre a inobservância do princípio da subsidiariedade no projeto de ato legislativo referente ao Procurador Europeu que conduziu ao "cartão amarelo" e que nos termos do nº2 do artigo 7º do Protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade determina a necessidade de reanálise do mesmo, revela a necessidade de serem ultrapassadas dificuldades de natureza plúrima relativamente a uma matéria que necessita de um vigoroso impulso exigido que dê satisfação às necessidades concretas dos fins específicos do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça. O aperfeiçoamento e desenvolvimento do Espaço de Justiça da União reclama uma coordenação central que se aproxime nas suas funções, nos seus objetivos e fins, de um Ministério da Justiça Europeu.

Palácio de S. Bento, 11 de dezembro de 2013

O Deputado Relator,


(João Lobo)

ASSISES DE LA JUSTICE

What role for Justice in the European Union?

21 & 22 NOVEMBER 2013 / PROVISIONAL AGENDA

European Commission, Brussels (Belgium), Charlemagne building. Languages **DE, EN and FR**

Day 1 > 21 NOVEMBER 2013

9.30 - 10.00

Opening

Ms V. Reding, Vice-President of the European Commission,
EU Justice Commissioner

10.00 - 10.55

Introductory statements

Mr J. Bernatoniš (LT), Minister of Justice of the Republic of Lithuania
Mr R. Badinter (FR), Lawyer, former Minister of Justice and former President
of the Constitutional Council of the French Republic
Mr J. Rozenberg (UK), Commentator in legal matters and journalist

10.55 - 11.15

Coffee break

11.15 - 13.00

Effective justice systems in the EU and the EU Justice Scoreboard
Moderator: **Ms F. Le Bail**, Director-General for Justice, European Commission

Ms P. Teixeira da Cruz (PT), Minister of Justice of the Portuguese Republic
Mr K. Lenaerts (BE), Vice-President of the Court of Justice of the European Union
Mr M. Barendrecht (NL), Professor of Law, Tilburg University, Director of Hill
Mr Justice P. Gilligan (IE), President of the European Network of Councils for
the Judiciary

13.00 - 14.30

Lunch break

14.30 - 16.00

Independence of justice and the EU Justice Scoreboard

Moderator: **Ms F. Le Bail**, Director-General for Justice, European Commission

Mr V. Skouris (EL), President of the Court of Justice of the European Union
Ms P. Koskela (FI), President of the Supreme Court of the Republic of Finland,
Vice-President of the NPSJC (Network of the Presidents of the Supreme Judicial
Courts of the European Union)
Mr E. Tsouroulis (EL), President of the Council of Bars and Law Societies of Europe
Mr R. Müller (DE), Journalist

16.00 - 16.30 Coffee break

16.30 - 18.00 Towards a New Rule of Law Mechanism

Moderator: **Ms F. Le Bail**, Director-General for Justice, European Commission

Mr A. Shatter (IE), Minister of Justice, Equality and Defence of Ireland

Mr R. Tavares (PT), Member of the European Parliament, Vice-Chair CRIM

Mr J.M. Sauvé (FR), Vice-President of the Conseil d'État of the French Republic, President of ACA (Association of the Councils of State and the Supreme Administrative Jurisdictions of the European Union)

Mr G. Buquicchio (IT), President of the Venice Commission, Council of Europe

Day 2 > 22 NOVEMBER 2013

09:00 - 13:00 Towards a more integrated European Area of Justice based on mutual trust

Moderator: **Ms F. Le Bail**, Director-General for Justice, European Commission

9:00 - 10:15

Criminal law

Mr J.F. López Aguilar (ES), Member of the European Parliament, Chair LIBE

Mr K. Tolksdorf (DE), President of the Bundesgerichtshof of the Federal Republic of Germany, Vice-President of the NPSJC (Network of the Presidents of the Supreme Judicial Courts of the European Union)

Mr J.C. Marin (FR), General Prosecutor, Cour de cassation of the French Republic

Ms M. McGowan QC (UK), Barrister, Chairman of the Bar Council of England and Wales

10:15 - 10:30

Coffee break

10:30 - 11:45

Civil and commercial law

Mr K. Lehne (DE), Member of the European Parliament, Chair JURI

Lord Mance (UK), Justice of The Supreme Court

Mr M. Szpunar (PL), Advocate General at the Court of Justice of the European Union

11:45 - 13:00

Administrative law

Mr L. Berlinguer (IT), Member of the European Parliament

Mr Z. Kühn (CZ), Judge at the Supreme Administrative Court of the Czech Republic

Mr S. Cassese (IT), Judge at the Constitutional Court of the Italian Republic

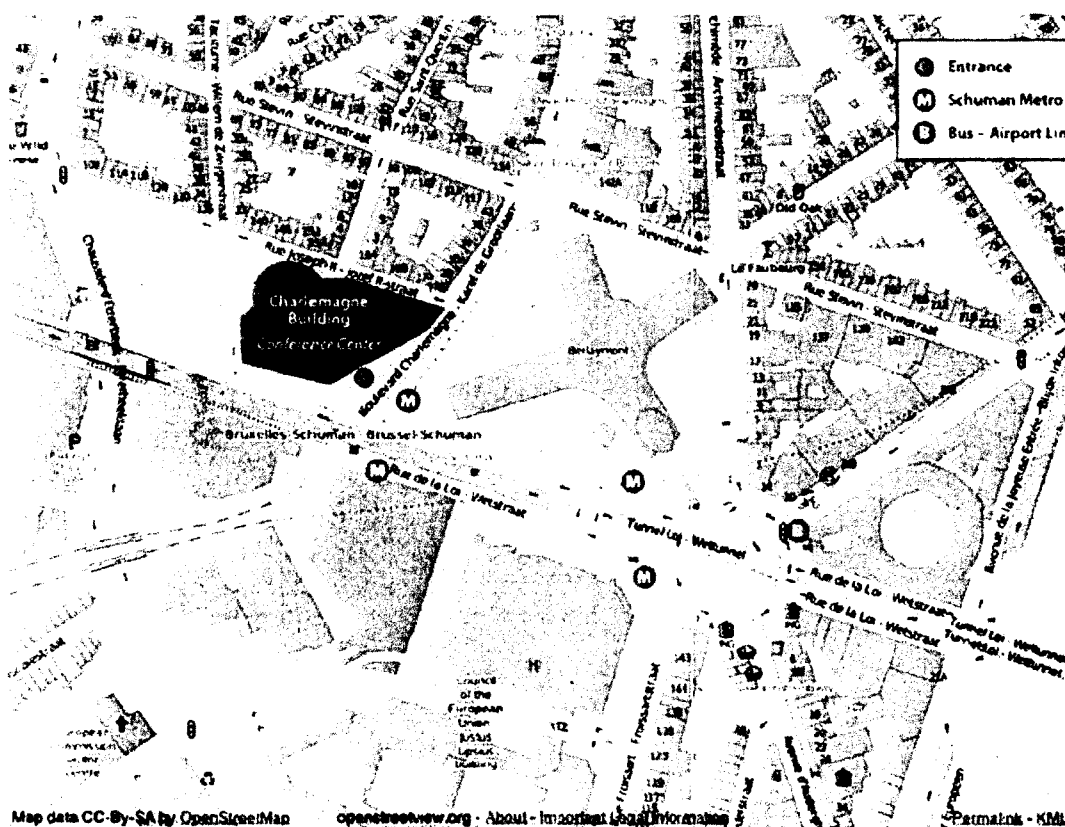
13:00 - 13:30

Conclusions

Ms V. Reding, Vice-President of the European Commission, EU Justice Commissioner

ASSISES DE LA JUSTICE

21-22 NOVEMBER 2013



- Entrance
- Schuman Metro and Train Stations
- Bus - Airport Lines (12-21)

Charlemagne Building
170 rue de la Loi, 1049 Brussels

Room « De Gasperi »
2nd floor

How to get there?

By bus from Brussels National (Zaventem) airport:
Lines 12 (express) or 21

By metro from Brussels Midi (South) train station:
1. Lines 2 or 6 to Arts-Loi station
2. Lines 1 or 5 to Schuman station

By taxi:
Taxis Verts: 02 349 49 49

In case of problem, please contact
our conference hotline:
+32 (0) 2 235 56 60 (Audrey)

ASSISES DE LA JUSTICE

What role for Justice in the European Union?

21 & 22 NOVEMBER 2013 - Participants List

FAMILY NAME	FIRST NAME	ORGANIZATION	FUNCTION	COUNTRY
ADDINK	Henk	Utrecht University	Professor Administrative Law and Good Governance	The Netherlands
ADEMOLA OLAYINKA	Folarin	Committee for the Defence of Human Rights	Director of Programs & Projects	Nigeria
AKORILEM	Mackenzie	Northern Kenya Intergrated Development Consortium	Community development and advocacy	Kenya
ALBERS	Pim	Ministry of Security and Justice	Coordinating policy advisor	The Netherlands
ALBUQUERQUE	José	Sindicato dos Magistrados do Ministério Público	Member of the board	Portugal
ALEGRE	Jean-Daniel	Chambre européenne des huissiers de justice	Avocat	France
ALMPOURAS	George	Association of Greek Judicial Officers for Democracy and Freedom	Responsible for foreign affairs	Greece
AMIN	Muhammad	National Communication	Administration	Pakistan
ANDERSSON	Monica	EU Coordination Secretariat, Prime Minister's Office	Senior Adviser (Human Rights, foreign policy issues)	Sweden
ARCHER	Antonio	Ordem dos Advogados Portugueses	Member of the General Council	Portugal
ARENMAA	Katja	Ministry of Justice	Councillor, EU Affairs	Finland
ARIAS FRANCÉS	Javier	Public Prosecutor Office of Vigo	Prosecutor	Spain
ASTOLA	Tiina	Ministry of Justice	Permanent Secretary	Finland
AZOULAY	Eric	Ministry of Justice	Membre du Conseil National des Barreaux	France
BADINTER	Robert	Conseil National des Barreaux	Lawyer, former Minister of Justice and former President of the Constitutional Council of the French Republic	France
BAMBIĆ	Jana	Permanent Representation of the Republic of Slovenia to the E.U.	JHA Counsellor	Slovenia
BARENDRECHT	Jan Maurits	Tilburg University	Professor of Law, Tilburg University, Director of HIL	The Netherlands
BARO	José L.	Team Europe-Spain	Member, legal and justice affairs	Spain
BARROS	José	JJBarrosadvogados.com	Administer	Portugal
BARTCZAK	Justyna	European Project Association asbl	Intern	Belgium
BARY	Thierry	Chambre nationale des huissiers de justice	Délégué général	France
BEKE	Laura	Leuven Centre for Global Governance Studies	Research Fellow	Belgium
BEL	Nicolaas	European Commission	Policy Officer	The Netherlands
BENCZE	Matyas	Institute for Legal Studies of the Centre for Social Sciences at the HU Academy	Researcher	Hungary
BERGLUNG	Per	Ministry for Foreign Affairs	Principal Advisor on International Law	Sweden
BERLING	Merel	The Netherlands Council for the Judiciary	Senior Policy Advisor International Cooperation	The Netherlands
BERLINGUER	Luigi	The European Parliament	Member of the European Parliament	
BERNATONIS	Juozas	Ministry of Justice of the Republic of Lithuania	Minister of Justice of the Republic of Lithuania	Lithuania
BINDI	Andrea	Lawyer	Lawyer funtins in assistant position (legal, policy, and administrative assistant)	Italy
BOELE	Klaus	EU Committee of the Regions	Member of SG's private office	Germany

FAMILY NAME	FIRST NAME	ORGANIZATION	FUNCTION	COUNTRY
BOHLIN	Carl-Oskar	The Riksdag - The Swedish Parliament	Member of Parliament	Sweden
BOLJEVIĆ	Dragana	MEDEL - Magistrats européens pour la démocratie et les libertés	Secretary General	Serbia
BOSBEER	Alexandra	Quaker Council for European Affairs	Representative and Head of Office	The Netherlands
BÖTTCHER	Hans-Ernst	MEDEL - Magistrats européens pour la démocratie et les libertés	Member	Germany
BRADY	Hugo	Centre for European Reform	Brussels representative and senior research fellow	Ireland
BRANDON	Ruth	Permanent Representation of Ireland to the E.U.	Assistant	Ireland
BRAVO	Teresa	Tribunal do Trabalho de Lisboa	Judge	Portugal
BRAY	Robert	European Parliament	Head of Unit	United Kingdom
BREBION	Celiné	Chambre européenne des huissiers de justice	Conseillère	France
BRECEJ	Tina	Ministry of Justice	State Secretary	Slovenia
BRITO	Lilian	University Estácio - FASE - Brazil	Law student	Brazil
BROUWER	Evelien	Vrije Universiteit Amsterdam, section Migration Law	Associate Professor	The Netherlands
BROŽOVÁ	Iva	Supreme court	President	Czech Republic
BUQUICCHIO	Gianni	The Venice Commission, Council of Europe	President of the Venice Commission, Council of Europe	
BUTLER	Israel	Open Society European Policy Institute	Senior Policy Officer on Fundamental Rights Justice and Home Affairs	United Kingdom
CADIET	Loïc	International Association of Procedural Law	President	France
CALVET SABATÉ	Romina	Government of Catalonia, Delegation to the to the E.U.	Senior advisor	Spain
CAMACHO	Antonio	Congreso de los Diputados	Deputy Chair of the Committee of Justice	Spain
CANAL FONTCUBERTA	Maria	European Commission	Policy Officer	Spain
CARIER	Nancy	Ministère de la Justice	Attachée de gouvernement premier en rang	Luxembourg
CASSESE	Sabino	The Constitutional Court of the Italian Republic	Judge at the Constitutional Court of the Italian Republic	Italy
CATARSI	Alessandro	Bar of Madrid ICAM	Member of the bar	Italy
CESNOVAR	Christof	AK Europa	Social Policy Expert	Austria
CHAMPAGNE-MOROZOV	Aurèle	Euralia	Consultant	France
CHANÉ	Anna-Luise	Leuven Centre for Global Governance Studies	Research Fellow	Germany
CHATZIPAZARIS	Konstantinos	EC OLAF	Investigator	Greece
CHRISTIANOS	Vassilios	Athens Law School	Professor of European Law	Greece
CIVININI	Maria Giuliana	Tribunale di Livorno	Judge President of chamber	Italy
CLAUDIA	Gualtieri	European Parliament	END	Germany
CLUNY	António	MEDEL - Magistrats européens pour la démocratie et les libertés	President	Portugal
COLOMBO	Marina	Défense Enfants International Belgique	Trainee	Italy
CORSTENS	Geert	Supreme Court of the Netherlands	President	The Netherlands
COUWENBERG	Ilse	Court of Appeal	Councillor	Belgium

FAMILY NAME	FIRST NAME	ORGANIZATION	FUNCTION	COUNTRY
CRABIT	Emmanuel	European Commission	Head of Unit	France
CRESPI	Serena	University of Milan-Bicocca	Lawyer and Senior Lecturer in EU Law - School of Law at University of Milan-Bicocca	Italy
CRESPI	Elena	FDH	Western Europe Programme Officer	Italy
DARDOUFAS	Emmanouil	Committee of the Regions	Administrator - CIVEX commission	Greece
DARMANN	Gernot	Parliament / National Council	Member of Parliament	Austria
DAVED	Shalina	European Parliament	Assistant to MEP	United Kingdom
DAVED	Shalina	European Parliament	Parliamentary Assistant to Sarah Ludford MEP	United Kingdom
DAVID	Meyer	Ministry of Justice	Head of EU Strategy	United Kingdom
DE BILLEY	Humbert	Council of Europe Liaison Office	Deputy Head of Office	Belgium
DE MORAIS GUIMARAES	Idalina Isabel	Institute of Research and Materials	Mandatory	Portugal
DE OLIVEIRA E SILVA	Ana	Portuguese General Consulate in Paris	Legal Counsellor	Portugal
DE TROYA CALATAYUD	Carmen	Ministry of Justice	CLECK	Spain
DEL MONTE	Micaela	European Parliament	Official	Italy
DESCAMPS	Marie-Hélène	Permanent Representation of Belgium	Counsellor	Belgium
DIAS PINHEIRO	Bruno	Portuguese Parliament	Permanent Representative to the EU	Portugal
DIMA	Sorin	Ministry of Justice of Romania	Legal adviser	Romania
DORAN	Antoinette	Department of Foreign Affairs	First Secretary, Justice and Equality Attaché	Ireland
DUBROCARD	Michèle	Permanent Representation of France to the to the E.U.	Conseillère Justice	France
DUFFY	Deirdre	JUSTICIA European Rights Network	Senior Research and Policy Manager	Ireland
DUMBRAVA	Horatiu Nicolae	Superior Council of Magistracy	Member	Romania
ELIZABETH	Clarke	Fair Trials International	Head of Law Reform	United Kingdom
FABER	Viviane	Ministère de la Justice	Attachée de gouvernement premier en rang	Luxembourg
FEDDEMA	Myrthe	Ministry of Security & Justice	Policy advisor	The Netherlands
FERESIDIS	Alkiviadis	Permanent Representation of Greece to the E.U.	Judge, Justice and Home Affairs Counselor	Greece
FILA	Michał	Permanent Representation of Poland to the E.U.	JHA Counsellor	Poland
FILGES	Axel C.	Bundesrechtsanwaltskammer	President	Germany
FOFFANI	Luigi	University of Modena and Reggio Emilia	Full Professor for Criminal Law - Director of the Department of Law	Italy
FORGEOIS	Marie	Délégation des Barreaux de France	Avocate	France
FORGET	Jean-Luc	Conférence des Bâtonniers	Président	France
FRISSYN	Robin	CINB	Senior Counsel	Belgium
FROYSNES	Torbjorn	Council of Europe	Ambassador Head of the Liaison Office	Norway
FRUTHOF	Evanna	General Council of the Bar of England and Wales	Brussels Office - consultant Director	Ireland
FURMONAVICIUS	Darius	Lithuanian Catholic Centre	Director	Lithuania

FAMILY NAME	FIRST NAME	ORGANIZATION	FUNCTION	COUNTRY
GALON	Maryse	European Union of Rechtspfleger	General Secretary	France
GANTELME	Dominique	Me Dominique Gantelme	Avocate et Médiatrice	France
GEHARDT	Christoph	Arbeitskreis der Opferhilfen in Deutschland e.V. (ado)	Representative	Germany
GEMMELL	Ruthven	UK Delegation CCBE	Head of the UK Delegation	United Kingdom
GIAKOUMOPOULOS	Christos	Council of Europe	Director of Human Rights	Greece
GILLIGAN	Justice Paul	The European Network of Councils for the Judiciary	President of the European Network of Councils for the Judiciary	
GIMENEZ	Alicia	ELRA	Director of the secretariat	Spain
GONZALEZ	Laura	CNUE	Legal Advisor	Spain
GORMLEY	Laurence	University of Groningen	Professor of European Law & Jean Monnet Professor	The Netherlands
GRABIAK	Ewa	ECTA	Legal Coordinator	Belgium
GRIMHEDEN	Jonas	EU Fundamental Rights Agency	Head of Sector access to justice	Sweden
GROVEN	Michael	Bureau for Euregional Cooperation	Legal Advisor	Belgium
GUDDAT	Thomas	Saxony Liaison Office in Brussels	Desk Officer Justice	Germany
HADŽIOMEROVIĆ	Omer	Judges' Association of Serbia	Vice President	Serbia
HEEGER	Klaus	Confédération Européenne des Syndicats Indépendants (CESI)	Secretary General	Germany
HELLWIG	Hans-Juergen	German Bar Association (DAV)	Past DAV vice president Past CCBE president	Germany
HENDRIKSEN	Walter	Netherlands Bar	President	The Netherlands
HENRIQUES	José Carlos	JCH Advogados	Associé	Portugal
HENRY	Patrick	Avocats.be	President	Belgium
HERMANIN DE REICHENFELD	Costanza	Open Society Foundations		Italy
HERNANZ	Nicholas	Centre for European Policy Studies	Research Assistant	France
HEUSEL	Wolfgang	Academy of European Law (ERA)	Director	Germany
HOLMGREN	Kristina	Ministry of Justice, Sweden	Director	Sweden
HRVATIN	Branko	The Supreme Court of the Republic of Croatia	President	Croatia
HUANG	Chia-Ni	Ministry of Justice - New Taipei District Prosecutors Office	Prosecutor	Taiwan (R.O.C)
HUET	Laurent	Secrétariat général des affaires européennes	Conseiller, chef du département Espace judiciaire européen	France
ILIĆ	Goran	Prosecutors Association of Serbia	President of the Association	Serbia
INDRUCHOVA	Eva	Czech Bar Association	Representative of the Czech Bar Association in Brussels	Czech Republic
IRUJO	Mikel	Thomson Reuters Aranzadi	EU procurement manager	Spain
JACOBY	Sigrid	Federal Ministry of Justice	Head of Unit	Germany
JACQUEMIN	Philippe	European Expertise and expert Institute (EEI)	Vice president	France
JAMES	Macguill	Council of Bars and Law Societies of Europe	Chair of the Criminal Law Committee	United States of America
JECKEL	Sebastian	Permanent Representation of the federal Republic of Germany to the E.U.	Head of Justice Unit (acting)	Germany

FAMILY NAME	FIRST NAME	ORGANIZATION	FUNCTION	COUNTRY
JEGOUZO	Isabelle	Premier Ministre - SGAE	Assistant Secretary-General	France
JENEY	Petra	European Institute of Public Administration	Senior lecturer	Hungary
KALTSOUNI	Styliani	Millieu Ltd	Legal Adviser	Greece
KATSCHINKA	Liese	EULITA - European Legal Interpreters and Translators Association	President	Austria
KAYKOLONGO JOELLE	Ndembo	Ministère de la Justice	Magistrat	Congo
KAZATCHKINE	Natacha	Amnesty International	Senior Executive Officer	France
KELLY	James	The Federalist Society for Law and Public Policy Studies	Director of International Affairs	United States of America
KESSEDJIAN	Catherine	Collège européen de Paris	Professeur - Directeur adjoint	France
KIELTY	Joanna	UK Law Societies	EU Policy Adviser (Civil and Criminal Justice)	United Kingdom
KING	Agnes	World Youth Alliance Europe	Director of Operations	Ireland
KJÆRUM	Morten	EU Agency for Fundamental Rights	Director	Denmark
KUNNERT	Isabel	European Generic Medicines Associations	Health Economics Officer	Greece
KNIES	Tonlo	Office of the Land Berlin to the EU	Assistant to the Officer for Justice and Consumer Protection	Germany
KOENIGSHOFER	Siegfried	Association of European Administrative Judges (AEAJ)	Representative of AEAJ	Austria
KONSTANTAKOPOULOS	Ilias	Permanent Representation of Greece To The E.U.	Justice & Home Affairs Counsellor	Greece
KOPÁR	Bernadett	Hungarian Bar Association	information officer, brussels representative	Hungary
KOSKELO	Paulline	Supreme Court of the Republic of Finland	President of the Supreme Court of the Republic of Finland, Vice-President of the NPSJC	Finland
KOUTOULAKOU	Stavroula	Prosecution Service	Public Prosecutor	Greece
KOVÁŘOVÁ	Aneta	Senate CR	trainee of the Czech Senate to the European Parliament	Czech Republic
KRAEMER	Susanne	CNUE	Legal Advisor	Germany
KRAMER	Sandra	European Commission	Head of Unit	The Netherlands
KRAUSS	Melanie	Representation of the State North Rhine-Westphalia to the European Union	Head Department of Justice	Germany
KREINS	Yves	ACA-Europe	Secretary General	Belgium
KÖHN	Zdeněk	Supreme Administrative Court of the Czech Republic	Judge at the Supreme Administrative Court of the Czech Republic	Czech Republic
KURUCZ	Orsolya	Hungarian Ministry of Public Administration and Justice	Political Advisor in the Cabinet of the Minister	Hungary
LAMBRETH	Irène	Permanent Representation of Belgium	Counsellor	Belgium
LANGE	Andre	Landesvertretung Sachsen-Anhalt	Justice and Home Affairs	Germany
LAURA	Ange	Ministry of Economics of the Republic of Latvia	Head of division of Legal Affairs	Spain
LAVIŅŠ	Aldis	The Supreme Court	Judge	Latvia
LAZOVIC	Lazar	Association of judicial and prosecutorial assistants of Serbia	Vice-President	Serbia
LE BAIL	Françoise	European Commission	Director-General for Justice	
LÈBE-DESSARD	Viviane	Tribunal du travail de Liège	Présidente	Belgium
LEHNE	Klaus-Heiner	European Parliament	Member of the European Parliament, Chair JURI	

FAMILY NAME	FIRST NAME	ORGANIZATION	FUNCTION	COUNTRY
LELEI	Wesley	CESCAWR-Programme	Chief executive officer	Kenya
LENAERTS	Koen	The Court of Justice of the European Union	Vice-President of the Court of Justice of the European Union	
LEPPÄ	Maija	Ministry of Justice of Finland	Legal Adviser	Finland
LETIZIA	Licitra	Associazione Nuova Vita Onlus Centro Antiviolenza	Responsable	Italy
LEVENT	Altan	Milieu Ltd	Principal Legal Advisor	
LEWANDOWSKI	Maciej	Permanent Representation to EU	Minister-counsellor	Poland
LOBRANO	Guido	BUSINESSEUROPE	Senior Legal Advisor	Italy
LOMBARDI SATRIANI	Clotilde	Agenzia Informazione Europea	Vice President	Italy
LÓPEZ AGUILAR	Juan Fernando	European Parliament	Member of the European Parliament, Chair LIBE	
MAGGIO	Amber	Universität Trier	Wissenschaftliche Mitarbeiterin	United Kingdom
MAITREPIERRE	Eric	Ministry of Justice-SAEI	Director of european and international affairs	France
MALÁČOVÁ	Jana	Senate of the Czech Republic	Representative to the European Parliament	Czech Republic
LORD MANCE	Jonathan Hugh	The Supreme Court	Justice of The Supreme Court	United Kingdom
MARIN	Jean-Claude	Cour de cassation of the French Republic	General Prosecutor, Cour de cassation of the French Republic	France
MARÍN CASTÁN	Francisco	Supreme Court	Judge of Civil Court, on Behalf of The President of Tribunal Supremo	Spain
MARINHO	Carlos	Lisbon Court of Appeal	Judge Court of Appeal - Ex-National Contact Point of the EU Judicial Network in Civil and Commercial Matters	Portugal
MARKATOS	Evangelos	FORTH	Researcher and Professor	Greece
MARQUES	Filipe	Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP)	Representative of ASJP in MEDEL	Portugal
MARTELANZ	Verena	WKÖ - Wirtschaftskammer Österreich	Policy Adviser	Austria
MARTIN	Clarisse	CNUE	General secretary	France
MAUDOUX	Bénédicte	SPF Justice		Belgium
MCCOURT	Kerstin	Open Society Justice Initiative	Senior Advocacy Advisor	United Kingdom
MCGOWAN	Mary	The Bar Council of England and Wales	Barrister, Chairman of the Bar Council of England and Wales	United Kingdom
MCKENNA	Mary	Department of Justice and Equality	Assistant Principal Officer	Ireland
MENDELSKI	Martin	University of Luxembourg	Researcher and lecturer	Germany
MEYER-RESENDE	Michael	Democracy Reporting International	Executive Director	Germany
MILEVIČIŪTĖ SLIZIENĖ	Justė	Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Lithuania	EU Affairs Coordination Division, chief specialist	Lithuania
MIRSCHBERGER	Michael	German University of Administrative Sciences Speyer	Research Fellow	Germany
MOCKEN	Johannes	Bureau for Euregional Cooperation	Liaison-magistrate NRW	Germany
MODELSKI	Pascale	Conseil National des Barreaux	Président	France
MOLINOS COBO	Juan José	Représentation Permanente Espagne UE	Conseiller de Justice	Spain
MORARU	Madalina	Centre for Judicial Cooperation at the European University Institute	Legal Expert	Romania
MÜLLER	Reinhard	Frankfurter Allgemeine Zeitung	Journalist	Germany

FAMILY NAME	FIRST NAME	ORGANIZATION	FUNCTION	COUNTRY
NAIDENOVA	Sonia	Supreme Judicial Council of the Republic of Bulgaria	Representative of the SIC	Bulgaria
NEVES	Eduardo	Circulo Judicial lamego	Judge	Portugal
NICOVIC	Nina	Association of judicial and prosecutorial assistants of Serbia	Team coordinator for public relations and marketing	Serbia
NIETO MENGOTTI	Juan Pablo	Fiscalia (Public Prosecution Service)	Fiscal (Prosecutor)	Spain
NILSSON	Hans G	Council of the European Union	Head of Unit	Belgium
ÖHMAN	Signe	Permanent Representation of Sweden to the EU	Legal Counsellor	Sweden
ORAVECZ	David	Permanent Representation of Hungary to the EU	JHA Counsellor	Hungary
OSBORNE	David	Hague Institute for the Internationalisation of Law	Client Relationship Manager	The Netherlands
OVERKAEMPING	Sabine	Ministry for Justice and Equality	Head of Unit European Affairs	Germany
PAINTER	Daniel	-	Victim of land grab	United Kingdom
PAIVA	João	Commission for Citizenship and Gender Equality	Policy Officer	Portugal
PANAYOTOV	Alexander	New York University	Research	Bulgaria
PANDOLFI	Gaia	Consiglio Nazionale Forense - Italian Delegation to the Ccbe	Brussels representative	Italy
PAPADOPOULOU	Danai	European Parliament	LIBE secretariat administrator	Greece
PARSAITYTE	Vita	Permanent Representation of Lithuania to the EU	Justice Affairs	Lithuania
PASQUALIS	Paolo	Consiglio Nazionale del Notariato	Delegate for International Relations	Italy
PAUL	Martens	MEDEL - Magistrats européens pour la démocratie et les libertés	Member	Belgium
PERICAUD	Jean-François	Cabinet avocats Pericaud	Avocat	France
PERNET	Julie	European Humanist Federation	Policy Officer	France
PERROUTY	Pierre Arnaud	European Humanist Federation	Executive Director	Belgium
PETTTI	Laurent	Conseil National des Barreaux	Expert Commission affaires européennes	France
PFEIFFER	Thomas	Heidelberg University	Director, Institute for Comparative Law, Conflict of Laws and Int. Business Law	Germany
PIGEM	Mercè	Congreso de los Diputados	MP	Spain
PILLAY	Róisín	International Commission of Jurists	Director, Europe Programme	Ireland
POHJANMÄKI	Jaana	Council of the EU	Administrator	Finland
POPA	Corina	European Parliament	Policy advisor	Romania
PORTILHO-SHRIMPTON	Thais	Justice Across Borders	Director	Brazil
POVOAS	Sebastião	Supreme Court of Portugal	Vice-president	Portugal
PULLUMBI	Lorena	IMT Institute for Advanced Studies Lucca	PhD Candidate	Albania
PUTZU	Simona	International Law Firm avv. Simona Putzu	Senior Lawyer	Italy
QUATTROCIOCCI	Christopher	Department of Justice and Equality	Private Secretary to Minister Alan Shatter	Ireland
RABA	Kristi	Council of the EU	Political Administrator	Estonia
RADOI	Raul	National Union of Public Notaries	Representative to Brussels	Romania

FAMILY NAME	FIRST NAME	ORGANIZATION	FUNCTION	COUNTRY
RAFF	Thomas	University of Heideberg, Faculty of Law	Assistant	Germany
RANUCCI	Susanna	Italian Supreme Court of Cassation	Interpreter	Italy
RASMUSSEN	Malene	Insurance Europe aisbl	Single Market & Social Affairs, Policy advisor	Denmark
RATHKE	Hannes	Deutscher Bundestag	Senior Civil Servant / Desk Officer	Germany
RATZ	Eckart	Supreme Court of Austria	President	Austria
RAVO	Linda Maria	Amnesty International European Institutions Office	Justice and Home Affairs Assistant	Italy
REDING	Viviane	The European Commission	Vice-President of the European Commission, EU Justice Commissioner	
REICHHART	Johanna	Bavarian Ministry of Justice and Consumer Protection	Policy adviser	Germany
REICHLING	Noemie	University of Caen Basse Normandie	Assistant-Professor - Researcher	France
REISENZEIN	David	FRONTEX	Liaison Officer in Brussels	Austria
REISSNER	Gerhard	Consultative Council of European Judges CCJE	President	Austria
RÉPÁSSY	Róbert	Ministry of Public Administration and Justice	Minister of State for Justice	Hungary
REPIQUET	Yves	Jeantet Avocats	Avocat - Membre de la Délégation française auprès du CCBE	France
REYNA	Agustin	BEUC, The European Consumer Organisation	Legal Officer	Argentina
RINDGAL	Kjersti	Norwegian Bar Association	Lawyer	Norway
ROBERT	Bever	Représentation Permanente du Luxembourg auprès de l'UE	JHA Counsellor	Luxembourg
RÖLING	Tanja	Ministry of Foreign Affairs of the Netherlands	Adviser Rule of Law Europe Department	The Netherlands
ROZENBERG	Joshua	-	Commentator in legal matters and journalist	Uni
RUEDA BUESO	Amparo	European Parliament	Administrator in LIBE Committee	Spain
SALAZAR	Lorenzo	Ministry of Justice	Director International Criminal Affairs	Italy
SÁNCHEZ-ABARCA	Carmen	Cortes Generales	Permanent Representative at EU	Spain
SANTACROCE	Giorgio	Supreme Court of Cassation	First President	Italy
SARIC	Natasa	Permanent Representation of Croatia to the EU	JHA Counsellor	Croatia
SAUVÉ	Jean-Marc	The Conseil d'État of the French Republic	Vice-President of the Conseil d'État of the French Republic, President of ACA	France
SCHALL	Christian	Bundesnotarkammer	Lawyer	Germany
SCHMIED	Elisabeth	Federal Ministry of Justice	Official at the Directorate for European and International Justice Affairs	Austria
SCHNEIDERHAN	Peter	German Judges Association	Member of board	Germany
SCHOCKWEILER	Carlo	Tribunal administratif	Juge	Luxembourg
SCHÖLIN	Anna	Ministry of Employment	Legal adviser	Sweden
SCHRIEVER	Eva	German Bar Association	Director EU Affairs Department	Germany
SCHWOERER	Christian	German Bar Association	Legal Adviser for EU-Affairs, Deputy Head of Brussels Office	Germany
SESSA	Duro	European Association of Judges-Association of Croatian Judges	Member of Presidency Commity- President of Association	Croatia
SHATTER	Alan	Department of Justice and Equality	Minister of Justice, Equality and Defence of Ireland	Ireland

FAMILY NAME	FIRST NAME	ORGANIZATION	FUNCTION	COUNTRY
SIMPSON	Ollie	Ministry of Justice	Head of Private International Law Team	France
SSCOT	Jean-Marie	High Council of Justice	Director	Belgium
SIÖGREN	Karl Magnus	Ministry of Justice	Legal advisor	Sweden
SKOURIS	Vassilios	The Court of Justice of the European Union	President of the Court of Justice of the European Union	
SKUBIC	Zoran	Ministry of Justice	Legal expert	Slovenia
STAWA	Georg	Council of Europe	Vice-Chair CEPEJ	Austria
STEINBRECHER	Katarin	Austrian Bar	Representation Brussels ÖRAK	Austria
STEINWENDTER	Harald	Austrian Chamber of Civil Law Notaries	Judicial Advisor	Austria
SZEKRÉNYES	Éva	Hungarian National Assembly	Permanent Representative based in Brussels	Hungary
SZPUNAR	Maciej	The Court of Justice of the European Union	Advocate General at the Court of Justice of the European Union	
TAVARES	Rui	The European Parliament	Member of the European Parliament, Vice-Chair CRIM	
TEIXEIRA DA CRUZ	Paula	Ministry of Justice of the Portuguese Republic	Minister of Justice of the Portuguese Republic	Portugal
TOLKSDORF	Klaus Heinz	The Bundesgerichtshof of the Federal Republic of Germany	President of the Bundesgerichtshof of the Federal Republic of Germany, Vice-President of the NPSJC	Germany
TRIPPENBACH	Ivanne	Conseil d'Etat		France
TRITZ	Christina	The Ministry of Justice	Legal policy/justice (representative of the Ministry of Justice)	Germany
TSIROGIANNI	Chryssi	-	National Council of Greek Notaries	Greece
TSOUROULIS	Evangelos	The Council of Bars and Law Societies of Europe	President of the Council of Bars and Law Societies of Europe	
TURENNE	Sophie	Murray Edwards College, University of Cambridge	Associate Lecturer in law	France
VAHAR	Merli	Government Office	Deputy Director of EU Secretariat	Estonia
VAN DER GOES	Monique	ENCJ	Director	The Netherlands
VAN DER VLIS	Evert	Ministry of Security and Justice -The Netherlands	Policy advisor	The Netherlands
VAN ISEGHEM	Pol	Rechtbank van Koophandel Ieper/Veurne	President	Belgium
VAN MEERBEECK	Jeremie	Court of First Instance Brussels	Judge	Belgium
VAN WOLFEREN	Matthijs	University of Groningen	Ph.D. Candidate	The Netherlands
VASSEUR	Alexandra	Justices&Development network	Leader	France
VELAZQUEZ	Maria Belen	Ministry of Justice	CLREK	Spain
VENNEN	Thomas	OSCE/ODIHR	Head of Democratization Department	Germany
VERVANDIER	Pierre-Luc	Conseil Supérieur du Notariat	Chargé de mission	France
VICTORIA	RICARDO	Permanent Representation of Portugal to the EU	JHA Coordinator	Portugal
VON DEWITZ	Clivia	Hanse-Office in Brussels	Policy Officer (former Judge)	Germany
WENDENBURG	Albrecht	Representation of Lower Saxony (GER) to the EU	Legal Officer	Germany
WEUSTENFELD	Ingo	European Commission	Policy Officer	Germany
WILLEMS	Auke	Vrije Universiteit Brussel	PhD researcher	The Netherlands

FAMILY NAME	FIRST NAME	ORGANIZATION	FUNCTION	COUNTRY
WILLIE	Aurelia	Ministry of Justice	Advisor of State Secretary	Romania
WINKLER	Alexander	Austrian Chamber of Notaries	Notary	Austria
WINTER	Rudolf	College van Beroep voor het bedrijfsleven	Senior Coordinating Vice-President	The Netherlands
WOLFGANG	Resch	PEOPIL	CEO	Germany
ZELLER	Edith	AEAJ	Secretary-General	Austria
ZOROB	Maysa	Euro-Mediterranean Human Rights Network (EMHRN)	Program Coordinator - Justice	Germany